



Os significados do trabalho como elemento socialmente construído: uma análise a partir de conceitos de Pierre Bourdieu e Norbert Elias

The meanings of work as socially constructed element: an analysis from concepts of Pierre Bourdieu and Norbert Elias

Cibele Ventura Vieira Satuf*

 <https://orcid.org/0000-0002-6532-401X>

RESUMO

O trabalho pode ser compreendido como um elemento central na construção da identidade e dos processos de socialização. As percepções e valorações acerca desta categoria são fruto de interpretações subjetivas que os indivíduos constroem em suas vivências e interações no trabalho, a partir de um referencial subjetivo, mas também refletem a influência de valores culturais, históricos e sociais. Esse artigo tem como objetivo traçar reflexões acerca da construção dos significados do trabalho, destacando o caráter de reflexividade presente nesta constituição. O trajeto adotado neste artigo passa pela compreensão da construção das representações compartilhadas sobre o trabalho, enfatizando o modo como se determinam as estruturas objetivas e subjetivas neste processo, tendo como referencial os pensamentos de Pierre Bourdieu e Norbert Elias. As noções de *habitus*, campo/figuração e poder/capital permitem compreender as singularidades decorrentes da interpretação das representações construídas sobre o trabalho em função das interdependências e das figurações dos agentes sociais em suas diferentes trajetórias sociais, permitindo a compreensão da realidade social como um processo dinâmico e em constante transformação. Esses conceitos permitem elucidar que as representações sobre a realidade social funcionam como matrizes que conformam e direcionam o comportamento e as práticas sociais, dirigindo ações no campo do trabalho, bem como os significados a ele atribuídos, em um movimento que transforma essas representações.

PALAVRAS-CHAVE

Significados do trabalho; Construção social; Reflexividade; Pierre Bourdieu; Norbert Elias.

ABSTRACT

Work can be understood as a central element in the construction of identity and socialization processes. Perceptions and valuations regarding this category result from subjective interpretations that individuals develop through their experiences and interactions in the workplace, drawing from a subjective framework, but also reflecting the influence of cultural, historical, and social values. This article aims to provide reflections

*Psicóloga. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, Belo Horizonte, Brasil). Docente no Centro Universitário Maurício de Nassau. (UNINASSAU, Juazeiro do Norte, Brasil). E-mail: cibelesatuf@gmail.com

DOI 10.22422/temporalis.2024v24n48p503-516



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2024 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

on the construction of the meanings of work, emphasizing the reflexive nature inherent in this formation. The path taken in this article involves understanding the construction of shared representations of work, emphasizing how objective and subjective structures are determined in this process, with reference to the thoughts of Pierre Bourdieu and Norbert Elias. The concepts of habitus, field/figuration, and power/capital allow us to comprehend the singularities resulting from the interpretation of representations constructed about work, considering the interdependencies and figurations of social agents in their various social trajectories, enabling an understanding of social reality as a dynamic and ever-changing process. These concepts elucidate that representations of social reality function as matrices that shape and direct social behavior and practices, guiding actions in the field of work, as well as the meanings attributed to it, in a process that transforms these representations.

KEYWORDS

Meanings of work; Social construction; Reflexivity; Pierre Bourdieu; Norbert Elias.

Introdução

O trabalho pode ser compreendido como categoria central na construção da identidade e dos processos de socialização. As percepções construídas sobre esta categoria derivam do modo como os indivíduos interpretam e atribuem valor às experiências e interações vivenciadas no contexto de trabalho, tendo como ponto de referência elementos subjetivos. Contudo, este processo reflete a influência de sistemas de valores sociais e culturais, em que pesam as significações acerca do trabalho para uma sociedade em dado contexto histórico (Rodrigues *et al.*, 2018; Satuf, 2021).

Os sentidos e significados do trabalho podem ser compreendidos a partir da representação social que a tarefa exercida tem para o trabalhador, seja na esfera individual, voltada para a identificação com a atividade, grupal, associada ao sentimento de pertencimento, ou social, ancorada no sentimento de que o trabalho executado possui alguma utilidade para a sociedade (Tolfo; Piccinini, 2007). Esses significados são construídos a partir das vivências subjetivas, laborais e do contexto do trabalho, mas também sofrem influência dos contextos cultural, histórico, social e econômico (MOW, 1987). Os significados são desenvolvidos individualmente e em relações, mas também afetam a construção da sociedade, de modo que o indivíduo constrói a percepção da realidade, mas também é definido por ela (Satuf; Neves, 2021). Deste modo, as percepções coletivas que se constroem sobre o trabalho resultam da composição de significados individuais, que antecedem a estrutura coletiva. Assim, os significados do trabalho são afetados pela estrutura social, mas também a afetam, em um movimento em que as condições culturais influenciam os significados do trabalho, e estes, por sua vez, orientam a formação de grupos e as mudanças sociais (MOW, 1987).

Nesta perspectiva, o objetivo central deste artigo é refletir sobre o processo de construção dos significados do trabalho, evidenciando o caráter de reflexividade presente nesta constituição¹. A partir desta discussão, pretende-se evidenciar que os sentidos e significados do trabalho, embora carregados de percepções e valorações subjetivas e individuais, possuem a gênese de sua formação nas relações estabelecidas em uma sociedade, tendo como pano de fundo seus aspectos culturais, históricos, sociais e econômicos. Nesta direção, o trajeto adotado nesta pesquisa passa pela compreensão do modo como as representações compartilhadas sobre a realidade, enfatizando o modo

¹ A discussão conduzida neste artigo integra parte da tese de doutorado produzida pela autora deste trabalho.

como se determinam as estruturas objetivas e subjetivas, de modo compreender a construção das representações compartilhadas sobre o trabalho. Para tal, são retomados alguns conceitos, como *habitus*, campos, figurações e representações, tendo como referencial os pensamentos de Pierre Bourdieu e Norbert Elias. A escolha desses autores se justifica devido ao esforço de ambos para superação de dicotomias no pensamento social, de modo a possibilitar um diálogo entre aspectos objetivos e subjetivos, integrando diferentes níveis de análise da realidade social.

A construção social dos significados do trabalho

Um dos pioneiros nos estudos sobre as representações sociais foi Émile Durkheim (2007), que defendia que as atitudes coletivas escapam da consciência individual. A construção da realidade, assim como as condutas e os pensamentos, é exterior ao indivíduo e a ele se impõe, de modo que as maneiras de agir e pensar existem fora das consciências individuais. Portanto, os fatos específicos residem na sociedade que os produz e não em seus membros, sendo exteriores às consciências individuais, o que evidencia a dimensão coercitiva do social em relação à esfera individual. Esta perspectiva se ancora na supremacia da exterioridade, e ainda que tenha percebido a realidade presente nas figurações, “via-as como algo que existia fora do ser humano singular; não foi capaz de conjugá-las à existência dos seres humanos singulares” (Elias, 2002, p. 27). Como o trajeto aqui salientado busca superar tais dicotomias, o aparato teórico durkheiminiano não será aprofundado em nossa proposta.

Pierre Bourdieu buscou romper com as falsas antinomias a partir de uma praxiologia social que procura aglutinar as abordagens estruturalista e construtivista (Wacquant, 1995). Deste modo, situa sua proposta teórica no campo do estruturalismo construtivista ou construtivismo estruturalista. Por estruturalismo ou estruturalista, Bourdieu afirma que no mundo social existem estruturas objetivas que são independentes da consciência e desejos dos agentes e guiam suas práticas ou suas representações. O construtivismo defende que há uma gênese social dos padrões de percepção, pensamento e ação que são constitutivos do *habitus*, assim como das estruturas sociais, particularmente do que denomina como campos e grupos e, especialmente das classes sociais (Bourdieu, 1990).

Nesse sentido, Bourdieu busca ressaltar que a prática social não é mero fruto de respostas mecânicas às imposições da estrutura social, tampouco pode ser entendida como resultante da busca intencional de objetivos. A prática é produto de uma relação dialética entre a situação e o *habitus* (Wacquant, 2007), sendo este último entendido como

[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações e possibilita a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas que permitem resolver os problemas da mesma forma e, graças às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por esses resultados (Bourdieu, 2000, p. 261–262).

O *habitus* assume uma noção de mediação entre sociedade e os indivíduos, captando o modo como a sociedade é neles depositada sob a forma de disposições duráveis e propensões estruturadas para pensar e agir de determinada maneira, guiando suas

respostas no seu meio social (Wacquant, 2007). O *habitus* é marcado por uma “inércia incorporada”, que tende a reproduzir práticas que previamente geradas por estruturas sociais, por meio das quais experiências anteriores são filtradas e disposições subsequentes são sobrepostas. Contudo, não deve ser entendido como mera réplica de uma única estrutura social, já quem compreende “conjunto dinâmico de disposições sobrepostas em camadas que grava, armazena e prolonga a influência dos diversos ambientes sucessivamente encontrados na vida de uma pessoa” (Wacquant, 2007, p. 68). Ademais, sua falibilidade é um dos principais incentivos para a mudança econômica e a inovação social.

As estruturas sociais, incluindo aquelas associadas à categoria trabalho, são, portanto, reproduzidas por agentes através de seus *habitus*, que são, na verdade, estruturados por elas. Deste modo, ao mesmo tempo em que funciona como um sistema de produção das práticas, o *habitus* atua como um sistema de modelos para percepção e apreciação de práticas, exprimindo a posição em que foi construído, em um sistema de transformação circular, mas que não se repete, já que não há uma referência fixa. A realidade se transforma, de modo que não há simplesmente uma retroalimentação, ou um movimento de vai e volta. Assim, estruturas sociais são construídas por agentes com seus diversos *habitus*, conforme os campos e posições que ocupam e são permanentemente atualizadas na dialética formada por agentes e estruturas. Essas estruturas objetivas orientam as representações subjetivas e constituem as coações estruturais que direcionam as interações sociais, contudo, não devem ser negligenciadas quando se pretende explicar as lutas cotidianas que visam à transformação ou conservação das estruturas. Portanto, os elementos objetivistas e subjetivistas estão numa relação dialética (Bourdieu, 2004).

É importante ressaltar que a compreensão do funcionamento do *habitus* passa pela apreensão dos campos em que ocorre sua evolução, pois ele não funciona de modo autônomo. Os agentes sociais são o resultado da trajetória e da história de todo um campo social e da experiência vivenciada no decorrer de determinada trajetória acumulada em dado subcampo. Para que possamos compreender a ação, deve-se analisar as posições ocupadas por esses sujeitos, assim como a trajetória relacionada a esta posição, o que envolve, necessariamente, a apreensão do *habitus*. Nesse sentido, as representações sociais variam de acordo com as disposições dos agentes sociais, tendo-se em conta os interesses a elas associados e conforme o *habitus* desses agentes, que funcionam como “esquemas de percepção e apreciação, como estruturas cognitivas e avaliatórias que eles adquirem através da experiência durável de uma posição no mundo social” (Bourdieu, 2004, p. 158).

Assim, os agentes sociais determinam, a partir de um conjunto de categorias de percepção construída historicamente, a situação que os determina, ao passo que o espaço social comanda as representações que os agentes sociais fazem dele. As representações destes agentes variam de acordo com sua posição, interesses e com seu *habitus*, que atam como um sistema de modelos de percepção, como estruturas cognitivas e avaliativas alcançadas através da experiência duradoura de uma posição social (Bourdieu, 1990). Nesse sentido, podemos afirmar que o *habitus* se constitui nas trajetórias que se desencadeiam ao longo da história e, uma vez estruturado, produzir representações acerca das produções simbólicas, representações estas que funcionam como base para um guia prático para determinada ação. Portanto, o *habitus* é uma dimensão fundamental para a compreensão

do processo de constituição das representações sociais (Martinez; Campos, 2015). Por envolver uma referência prática ao futuro, mas que se explica no passado do qual é um produto, o *habitus* é temporalizado em que é realizado. Tais rotinas são incorporadas como uma memória ou um referencial, que nada mais é do que o somatório de seus comportamentos, e, confiando em sua "experiência", desenvolvem respostas e condutas apropriadas a determinada situação (Bourdieu; Wacquant, 1995).

Cabe lembrar que as posições ocupadas pelos indivíduos nos espaços sociais são determinadas pela distribuição de capital econômico, social, simbólico e cultural, que determinam a aproximação ou o distanciamento de determinados grupos, dentre eles, os ocupacionais. Deste modo, grandes empresários e alguns profissionais liberais estão em posição oposta a operários não qualificados, menos providos de capital econômico. Por outro lado, tendo como referência o peso do capital cultural, professores universitários se distanciam dos empresários. Assim, as posições sociais se organizam em espaços de disposições por intermédio do *habitus*, estando cada uma dessas posições associada a uma determinada classe de *habitus* produzidos por condicionamentos sociais que se associam a essas posições (Bourdieu, 2008). Por mais que cada agente social tenha um estilo singular, fruto de uma trajetória específica, ele tende a ceder às condições sociais do grupo com o qual se identifica ou do qual quer fazer parte, buscando adotar o estilo e distinção que são partilhados pelo grupo ou classe social a que pertence (ou deseja pertencer). O *habitus* individual é, portanto, uma versão de um *habitus* de classe (Bourdieu, 2006).

Nesse sentido, espera-se que a construção de representações sociais sobre o trabalho, bem como os significados atribuídos ao ato de trabalhar, sejam interditados pelo *habitus* e se diferenciem conforme as posições ocupadas no espaço simbólico. Cada um destes grupos sociais interpreta sua realidade social a partir de uma perspectiva particular, em função de suas disposições no campo social. As classes dominadas também possuem seus interesses e representações, embora colocados em uma posição de subordinação. Com isso, suas ideias são marcadas por contradições entre os lugares que ocupam na produção e na condição social, de modo que, “enquanto lhe cabe o trabalho, não lhe sobra muito a fruição dele; enquanto lhe é atribuída a tarefa da produção, lhe é proporcionado um consumo escasso e precário” (Minayo, 1995, p. 106).

O *habitus* adquirido na socialização familiar orienta as percepções transmitidas no sistema escolar, sendo que ambas as instituições são instituídas em espaços sociais que reproduzem um *habitus* característico de um grupo ou classe, o que está no princípio da constituição ulterior de todo outro *habitus* (Bourdieu; Passeron, 1992), estratificando suas disposições (Casanova, 1995). Sendo assim, a construção da realidade social ocorre imbricada nos *habitus* que se desenvolvem conforme as posições ocupadas pelos agentes, que influenciam a percepção dos significados do trabalho, diferenciando-se conforme a origem e trajetória social. Nesse movimento os traços identitários são construídos a partir da construção das representações dos diferentes objetos que são alvo de disputa em um determinado campo do espaço social, de modo que as representações compartilhadas constituem uma via de acesso ao *habitus* (Soares; Brito; Domingos Sobrinho, 2016). Elas evidenciam a dinâmica relacional e simbólica por meio da qual os indivíduos tomam contato com o mundo exterior, reproduzindo-o conforme sua imagem e semelhança (Albuquerque, 2005).

O conceito de *habitus* nos é útil, pois evidencia o modo como as trajetórias dos indivíduos condicionaram sua inserção campo laboral, reverberando sobre as posições ocupadas, posições estas que se constroem a partir do volume de capitais exigidos para funcionamento do campo e, a partir daí, constituindo os moldes para o processo de dotação de significados ao trabalho, em consonância com as trajetórias pessoal e social. A compreensão do trabalho e de seus significados como uma “realidade social” consiste em compreender que essa realidade também é fruto de uma percepção construída em função da posição em que os agentes ocupam no espaço social subjetivo (Bourdieu, 2004).

A realidade social consiste em um conjunto de relações invisíveis que constituem o espaço de posições exteriores entre si, definidas por sua proximidade, vizinhança ou distância uma da outra, e também por sua posição relativa (Bourdieu, 1990). Essa perspectiva ajuda a esclarecer que o ponto de vista do agente social, e, portanto, a percepção do trabalho e os significados que lhe são atribuídos, são condicionados pela posição relativa que o sujeito ocupa no espaço social ao longo de sua trajetória. Deste modo, salienta-se que a construção de percepções e representações sobre a realidade do trabalho deve considerar o *habitus* e as posições ocupadas pelo indivíduo que constrói o espaço social. Tanto o *habitus*, como as disposições, comandam não apenas suas representações, mas também as lutas que se desencadeiam no sentido de sua conservação ou transformação.

O conceito de *habitus* faz a mediação entre indivíduo e sociedade, permitindo a afirmação de que o elemento subjetivo, pessoal e individual é socialmente construído e que as condições sociais da existência são interiorizadas na forma de estruturas de subjetividade (Domingos Sobrinho, 2011). Com isso, evidencia-se que a construção da realidade decorre de modo coletivo e constante, ligada, essencialmente, ao modo como o real é percebido pelos agentes sociais. Essas categorias mentais, formadas na socialização primária, nos contextos da família e da escola, fornecem as bases para que a realidade seja codificada, fundamentando a sua representação. Como é percebida de modo distinto, conforme o meio social e o contexto familiar em que ocorreu a socialização, a realidade consentida tem efeitos na manutenção da estrutura de desigualdades (Silva, 2014), o que permeia a distribuição dos indivíduos no mercado de trabalho, implicando, em decorrência disso, em diferenciações sobre o trabalho e de seus significados.

Ao aceitarmos que os sistemas simbólicos são produtos sociais que produzem o mundo, que não apenas refletem as relações sociais, como também contribuem para construí-las, “devemos necessariamente admitir que é possível, dentro de certos limites, transformar o mundo transformando sua representação” (Wacquant, 1995, p. 22). As estruturas sociais e cognitivas estão ligadas recursiva e estruturalmente, e a correspondência entre elas oferece uma das mais fortes garantias de dominação social.

Portanto, o *habitus* reconhece que os agentes constroem o mundo social, por meio de elementos incorporados na construção cognitiva, mas admite que esses instrumentos foram elaborados pelo mundo social (Wacquant, 2007). Desse modo, o *habitus* funciona como um princípio de “sociação” e “individuação”. Sociação no sentido de que as categorias de ação, oriundas da sociedade, são partilhadas por todos que foram submetidos a condicionamentos sociais similares. Isso permite que se fale de um *habitus* masculino, nacional, ou burguês (Wacquant, 2007), bem como de diferentes significados do trabalho conforme *habitus* que se aproximam e se distanciam em virtude do volume de

capital ou de características socioeconômicas, por exemplo. A individuação se refere às especificidades de trajetórias e de localizações no mundo, que conferem uma combinação incomparável de esquemas.

Por sua vez, Norbert Elias busca superar a dicotomia entre ação e estrutura com o uso da teoria da figuração², e, partindo da pressuposição de que a realidade social é fruto da interdependência entre ações, atesta que as figurações sociais surgem como consequência das interações sociais. Deste modo, afirma que não se pode compreender indivíduo e sociedade como elementos separados, pois “toda sociedade humana consiste em indivíduos distintos e todo indivíduo humano só se humaniza ao aprender a agir, falar e sentir no convívio com outros” (Elias, 1994a, p. 67). A sociedade é composta por redes de interdependências, uma estrutura formada por indivíduos mutuamente dependentes e orientados. Essa interdependência ocorre primeiro por natureza, e, posteriormente, por meio da aprendizagem social, educação, socialização e por uma série de necessidades recíprocas que são socialmente geradas (Elias, 2000). Nessa perspectiva, tanto os elementos de uma configuração, como suas respectivas propriedades, têm suas características construídas em virtude da posição e função ocupadas em dada configuração (Elias; Scotson, 2000).

A sociedade produz e é produzida pelos indivíduos, constituindo o que Elias caracterizou como processos de sociogênese e psicogênese (Andrade, 2019). A abordagem sociogenética tem como objetivo situar os mecanismos de formação e os princípios de estruturação de uma figuração social. A psicogenética visa a circunscrição e modelagem da economia do *habitus* psíquico produzido nessa figuração (Elias, 2001a). Tem-se, portanto, a concepção de uma personalidade aberta, marcada por uma autonomia que pode ser maior ou menor, mas nunca absoluta, em relação a outras pessoas (Elias, 2000).

A partir desta reflexão, podemos compreender o desenvolvimento e as transformações acerca das representações compartilhadas sobre o trabalho e seus significados, tendo em conta a interdependência entre indivíduos e o social. Ou, mais precisamente, podemos entender que as representações sobre o trabalho e seus significados são produzidas pelos indivíduos, mas que estas representações também os produzem. Podemos tomar como exemplo algumas profissões que gozam de prestígio e status em nossa sociedade, elementos construídos historicamente, em um conjunto de figurações. Esta valoração tende a afetar a construção social das ocupações e, por conseguinte, os significados a elas atribuídos. Não é possível, portanto, explicar as configurações de seres humanos interdependentes quando estes são analisados isoladamente.

Em muitos casos é aconselhável um procedimento contrário - só podemos compreender muitos aspectos do comportamento ou das ações das pessoas individuais se começarmos pelo estudo do tipo da sua interdependência, da estrutura das suas sociedades, em resumo, das configurações que formam uns com os outros (Elias, 2008, p. 79).

² Segundo Elias (2001b, p. 148), “o conceito de figuração foi criado expressamente para superar a confusa polarização das teorias sociológicas em teorias que colocavam o ‘indivíduo’ acima da sociedade e outras que colocavam a ‘sociedade’ acima do indivíduo”. Assim, reconhece a sociedade como uma figuração constituída por indivíduos que são, fundamentalmente, interdependentes.

Os indivíduos criam constantemente novas figurações e incorporam novas estruturas, normas e regras sociais no decorrer das experiências cotidianas, ainda que se deparem com estruturas já formadas (Elias, 1994b), de modo que tanto as transformações sociais, quanto as identidades individuais, estão interligadas. No entanto, a sociedade não foi planejada pelos indivíduos que a compõem. “Ela só existe [...], só continua a funcionar porque muitas pessoas, isoladamente, querem e fazem certas coisas, e, no entanto, sua estrutura e suas grandes transformações históricas independem, claramente, das intenções de qualquer pessoa em particular” (Elias, 1994a, p. 13).

O espaço social é construído por interações, em redes interdependentes, sempre levando em conta o caráter processual e dinâmico da realidade. A incorporação das teias de sociabilidade está associada ao processo civilizatório no *habitus* do indivíduo, de modo que a estrutura individual se molda por meio das práticas sociais. Nessas interações sociais, “a criatura impulsiva e desamparada que vem ao mundo” se desenvolve a ponto de ser considerada como uma pessoa psicologicamente desenvolvida. Mesmo inserida em determinado grupo, adquire individualidade, de modo que “cada pessoa parte de uma posição única em sua rede de relações e atravessa uma história singular” (Elias, 1994a), que se desenvolve ao longo de sua existência. A maneira de pensar, decidir e agir se desenvolve nas relações, em um processo de modificação da natureza individual por meio da sociedade, sem que a agência neste processo seja negligenciada (Elias, 1994a). Portanto, mesmo que inserida em um grupo com o qual partilhe valores similares, o indivíduo desenvolve uma interpretação particular da realidade, o que contempla também o processo de significação do trabalho.

Para Elias, o *habitus* se caracteriza como um “saber social incorporado” (Dunninge; Mennell, 1997, p. 9), relacionado às especificidades de formação e desenvolvimento de um Estado (Lima, 2012), embora não tenha um caráter estático. Os interesses do Estado são assimilados no *habitus* individual, atuando como um princípio condutor de ações (Elias, 1997). Ainda que Elias (1998, p. 115) reconheça a dificuldade de se pensar a construção de um *habitus* individual por meio de um *habitus* social -“estrutura de personalidade social das pessoas individuais”-, destaca que a formação da consciência moral está embasada em elementos que estão inseridos em cada novo membro de um grupo, orientando seu comportamento e sensibilidade. Forma-se, portanto, o *habitus* social a partir do qual se desenvolvem os traços que irão distingui-lo dos demais membros de seu grupo.

Os indivíduos fundamentam a estrutura de sua personalidade no *habitus* social, de modo que as características de cada um se desenvolvem a partir de uma “modulação original das formas de expressão oral de escrita de uma dada sociedade” (Elias, 1998, p. 114). Assim, grande parte das ações e atributos individuais é produzida nas cadeias dinâmicas de interdependência de que fazem parte, mesmo que temporariamente (Pauille; van Heerikhuizen; Emirbayer, 2012). Vale salientar que Elias não negligencia a originalidade, o aspecto da diferenciação de cada um.

O *habitus*, nesta perspectiva, remete à autoimagem e à composição social dos indivíduos, constituindo a base de onde emanam características pessoais que diferenciam os membros de uma sociedade entre si. Esses elementos em comum derivam da linguagem compartilhada, e, nas sociedades mais complexas, percebe-se um número maior de “camadas” entrelaçadas no *habitus* de uma pessoa. Ainda assim, alguma delas, relacionada

a filiação a algum grupo social, terá proeminência. Os “traços da identidade grupal nacional - aquilo a que chamamos ‘caráter nacional’ constituem uma camada do *habitus* social engastada muito profunda e firmemente na estrutura de personalidade do indivíduo” (Elias, 1994a, p. 171). Como formação social, este *habitus* é sólido, mas ao mesmo tempo é flexível e mutável, estando em constante fluxo. A construção do *habitus* implica um equilíbrio entre continuidade e mudança (Elias, 1997) e só pode ser compreendida quando se entende seu caráter processual, imbricado nas figurações.

Elias advoga que a realidade social se faz na interdependência das ações, em um processo que leva em conta a historicidade. O tempo, enquanto instituição social, impõe transformações que são exercidas de fora para dentro no sistema de autodisciplina que envolve toda a existência individual. Isso ilustra de maneira explícita a contribuição do processo civilizador na formação dos *habitus* sociais que integram a estrutura da personalidade (Elias, 1998), de modo que “os destinos de uma nação ao longo dos séculos vêm a ficar sedimentados no *habitus* de seus membros individuais” (Elias, 1997, p. 30). Com isso, pode-se falar de um entendimento de que a construção dos significados do trabalho está imbricada na formação das representações partilhadas por determinada cultura ao longo de sua história.

Considerações finais

Os conceitos centrais abordados por Elias e Bourdieu (*habitus*, campo/figuração e poder/capital) são orientados por uma perspectiva relacional e processual (Pauille; van Heerikhuizen; Emirbayer, 2012). Com a noção de *habitus*, ambos conseguiram superar a dicotomia sujeito-objeto, ultrapassando a ideia de um sujeito conhecedor independente, explorando a constituição social dos agentes “refeitos” por influências que emanam do mundo "externo". O funcionamento do *habitus* como sistema de disposições sustenta a crença de que as práticas individuais, incluindo aquelas que se referem ao trabalho e seus significados, se baseiam na familiaridade pré-discursiva com os mundos sociais em que os atores habitam.

Além disso, evidenciaram como as disposições incorporadas ao longo da trajetória de vida podem ser desencadeadas por redes em desenvolvimento. Nesse movimento, indivíduos e grupos acumulam diferentes quantidades e tipos de recursos de poder e capitais que emergem das configurações sociais em desenvolvimento, ao mesmo tempo em que funcionam nessas configurações e as reestruturam (Pauille; van Heerikhuizen; Emirbayer, 2012). A formação das representações compartilhadas socialmente sobre o trabalho é fruto desses processos interdependentes que se desenvolvem em dupla direção.

Nesta perspectiva, podemos entender que as posições ocupadas por trabalhadores no mercado de trabalho se constituem em uma dinâmica relacional, que reflete lutas e concorrências por acesso aos bens materiais e simbólicos, bem como para a manutenção de privilégios e distinção. Elementos como o cargo ocupado, a remuneração percebida, assim como os requisitos simbólicos (diplomas) para ingresso em diversas ocupações e, até mesmo a classificação hierárquica e a valorização social das profissões e ocupações são fruto de sistemas classificatórios que refletem as relações de força e desigualdade de poder e de capital entre classes de trabalhadores (Bourdieu, 1998), evidenciando

assimetrias nas interações, figurações e balanços de poder. Essa dinâmica influencia as relações e os significados que se constroem sobre o trabalho.

A ótica eliasiana permite salientar que a valoração atual sobre o trabalho advém de processos históricos e de figurações que levaram a uma construção social sobre as representações sociais desta categoria. Nesse sentido, o exame sobre as diferentes significações do trabalho ao longo do tempo não deve negligenciar as alterações no balanço de poder nas relações de trabalho no decorrer de nossa história. Ou seja, se as sociedades pré-industriais não atribuíam grande valor e centralidade ao trabalho, como se desenvolveram as figurações que fizeram com que o trabalho fosse objeto de valor e de construção da identidade na atualidade?

Os autores concordam que os agentes não possuem controle sobre as estruturas construídas a partir de suas interações. Elias reitera que a estrutura social, bem como as grandes transformações históricas, independe das intenções dos agentes. Por sua vez, Bourdieu afirma que todo agente, independentemente de sua intenção, produz e reproduz significados objetivos “porque suas ações e suas obras são o produto de um *modus operandi* do qual ele não é o produtor e do qual ele não tem controle consciente, eles incluem uma ‘intenção objetiva’ [...], que sempre excede suas intenções conscientes” (Bourdieu, 2000, p. 272–273).

Os conceitos desenvolvidos pelos autores fundamentam a apreciação de elementos sociais, a partir da integração de diferentes níveis de análise da realidade social, possibilitando que processos sociais e individuais sejam conectados. Elias explicita que a realidade social, assim como as representações compartilhadas sobre o trabalho e seus significados, emana das interdependências, e não devem ser pensadas em termos de oposições entre indivíduo e sociedade.

As noções que Bourdieu e Elias fazem de *habitus*, campo/figuração e poder/capital permitem compreender as singularidades decorrentes da interpretação dessas representações em função das interdependências e das figurações dos agentes sociais em suas diferentes trajetórias sociais e, assim, compreender a realidade social como um processo dinâmico e em constante transformação. Ambos destacam que a incorporação do *habitus* ocorre socialmente, seja através da socialização na escola e família, ou na fase específica de cada nação.

A análise das representações compartilhadas sobre o trabalho a partir do conceito de *habitus*, torna possível superar o caráter individual, localizando tais percepções nas estruturas dos grupos aos quais o sujeito pertence. Portanto, as estruturas subjetivas e sociais são compreendidas como elementos de uma mesma realidade, constituídas na história objetivada nas relações sociais. Essas estruturas são incorporadas pelos agentes sociais com intermédio de um sistema de disposições (*habitus*) para perceber e agir, conforme a posição que ocupam no espaço social. Portanto, estrutura, prática e representações são analisadas simultaneamente em um sistema de posições sociais (Antuniassi, 2008). A interpenetração das representações (estruturas subjetivas) e da estrutura social (estruturas objetivas) pode, portanto, ser compreendida a partir da representação da realidade social compartilhada por um grupo em decorrência das

posições ocupadas pelos agentes, atentando-se para a tendência de que os agentes sociais que vivenciam condições similares incorporam disposições e modos de agir semelhantes.

Os conceitos aqui salientados permitem elucidar que as representações sobre a realidade social funcionam como matrizes que conformam e direcionam o comportamento e as práticas sociais, dirigindo ações no campo do trabalho, bem como os significados a ele atribuídos, em um movimento que transforma essas representações. O *habitus* funciona como uma matriz que orienta as ações dos indivíduos, o que possibilita dizer que a construção dos significados do trabalho está imbricada no *habitus* de uma pessoa. Como destaca Ruiz-Quintanilla (1991), os significados do trabalho funcionam como uma estrutura de referência para a ação, por meio da realização de crenças individuais sobre as expectativas e identificação com o trabalho. Esses significados fazem alusão às representações sociais sobre o que ato de trabalhar representa para os indivíduos.

Reitera-se, nesse sentido, o papel das representações e interpretações sobre realidade do trabalho, influenciadas pelo *habitus*, na construção do referencial utilizado pelos indivíduos na interpretação do ato de trabalhar, conforme a trajetória, disposições nos campos e relações interpessoais que estabelecem. Essas representações são fruto de construções mentais elaboradas coletivamente a partir dos referenciais culturais desses sujeitos, inculcadas em seu *habitus* e que orientam seus comportamentos individuais e práticas coletivas, influenciando o modo como interpretam o trabalho. Nesta direção, as experiências e o contexto do trabalho afetam os significados que são atribuídos a ele, mas os indivíduos também alteram esta estrutura, a partir dos significados e das representações que constroem acerca do trabalho. Portanto, as pessoas não apenas desenvolvem esses significados como resultado das experiências e contextos vivenciados no trabalho, essas estruturas sociais também são alteradas e refeitas em decorrência desses significados que elas constroem (MOW, 1987). Como exemplo deste processo, destaca-se um conjunto de figurações que culminou em um modelo atual de significação do trabalho vigente em nossa sociedade, em que a atividade é, majoritariamente, vista como um elemento que confere dignidade às pessoas.

Neste artigo buscamos traçar uma reflexão sobre a construção dos significados do trabalho como um processo social, destacando os aspectos da reflexividade presentes nesta construção. Com essa discussão, acreditamos que foi possível evidenciar que os significados do trabalho, ainda que construídos a partir de percepções e valores subjetivos, são formados, essencialmente, a partir das relações que os indivíduos estabelecem em sociedade, tendo como pano de fundo seus aspectos históricos, culturais, sociais e econômicos.

Referências

ALBUQUERQUE, Lia Matos Brito de. **Habitus, representações sociais e construção identitária dos professores de Maracanaú**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005.

ANDRADE, Ícaro Yure Freire de. Habitus e processos sociais: revisando as teorias de Pierre Bourdieu e Norbert Elias. **Revista Abordagens**, v. 1, n. 1, p. 96–110, 2019.

ANTUNIASI, Maria Helena Rocha. A noção de representação social e a pesquisa nas Ciências Sociais. In: LUCENA, Célia Toledo; CAMPOS, Maria Christina de Souza (org.). **Práticas e representações**. São Paulo: Humanitas/CERU, 2008. p. 67–74.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. Tradução de Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: EDUSP, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. Tradução de Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Esquisse d'une théorie de la pratique**. Paris: Éditions du Seuil, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **In other words**: essays towards a reflexive sociology. Tradução de Matthew Adamson. Stanford, CA: Stanford University Press, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. 9. ed. Campinas: Papirus Editora, 2008.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. tradução: Reynaldo Bairão. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc J. D. **Respuestas**: por una antropología reflexiva. Miguel Hidalgo, Mexico: Grijalbo, 1995.

CASANOVA, José Luís. Uma avaliação conceptual do habitus. **Sociologia**: problemas e práticas, v. 18, p. 45–68, 1995.

DOMINGOS SOBRINHO, Moises. Habitus, campo educacional e a construção do professor na educação básica. **Revista Inter-Legere**, v. 9, p. 189–205, 2011.

DUNNINGE, Eric; MENNELL, Stephen. Prefácio à edição inglesa. In: SCHRÖTER, Michael (org.). **Os alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. p. 7–14.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. tradução: Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001a. ISSN 17439221.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a. ISSN 1098-6596.

ELIAS, Norbert. **Escritos & ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Tradução de Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições 70, 2008.

ELIAS, Norbert. **Norbert Elias por ele mesmo**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001b.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Tradução de Ruy Jungmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b. v. 1. ISSN 13514180.

ELIAS, Norbert. Os Alemães. A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. In: SCHRÖTER, Michael (org.). **Os alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

ELIAS, Norbert. **The civilizing process**: sociogenetic and psychogenetic investigations. Revised eded. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2000.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. ISSN 1098-6596.

LIMA, Denise Maria de Oliveira. **Diálogo entre a sociologia e a psicanálise**: o indivíduo e o sujeito. Salvador: EDUFBA, 2012. ISSN 1098-6596. v. 53

MARTINEZ, Flavia Wegrzyn; CAMPOS, Jeferson de. A sociologia de Pierre Bourdieu. **Revista Eletrônica da FEATI**, v. 11, 2015. Disponível em: https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170601132805.pdf. Acesso em: 17 dez. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de Representações Sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho Arcides; JOVCHELOVITCH, Sandra (org.). **Textos em representações sociais**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1995. p. 89–111.

MOW, International Research Team. **The meaning of working**. London: Academic Press, 1987.

PAULLE, Bowen; VAN HEERIKHUIZEN, Bart; EMIRBAYER, Mustafa. Elias and Bourdieu. **Journal of Classical Sociology**, v. 12, n. 1, p. 69–93, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/254820778_Elias_and_Bourdieu. Acesso em: 17 dez. 2024.

RODRIGUES, Andrea L. *et al.* Meaning of work: challenges for the XXI Century. **RAM**, v. 19, n. spe, p. 2–8, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ram/a/CjZsYxG3Mpt76WNX9XB8jBq/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 17 dez. 2024.

RUIZ-QUINTANILLA, S. Antonio. Introduction: the meaning of work. **European Work and Organizational Psychologist**, v. 1, n. 2–3, p. 81–89, 1991. DOI <https://doi.org/10.1080/09602009108408514>

SATUF, Cibele. **A construção dos sentidos e significados do trabalho no Brasil**: a

influência de fatores demográficos e estruturais. 2021. Tese (Doutorado em Sociologia) – Minas Gerais, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.

SATUF, Cibele; NEVES, Jorge Alexandre Barbosa. A influência de fatores demográficos e estruturais nos significados do trabalho entre brasileiros: evidências do World Values Survey. **Opinião Pública**, v. 27, n. 2, p. 476–508, maio/ago. 2021. DOI <https://doi.org/10.1590/1807-01912021272476>

SILVA, Danilo Manoel Farias da. A construção da realidade na perspectiva relacional de Pierre Bourdieu. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 61–86, 2014. DOI <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10972>

SOARES, Luisa de Marillac Ramos; BRITO, Suerde Miranda de Oliveira; DOMINGOS SOBRINHO, Moisés. Habitus e representações sociais do ser professora da educação infantil da rede municipal de ensino de Campina Grande – PB: práticas do educar e do cuidar ancoradas na afetividade. In: LIRA, André Augusto Diniz; MIRANDA, Marly Medeiros de; BRITO, Suerde Miranda de Oliveira (org.). **Revisitando o diálogo em representações sociais e educação**. Campina Grande, PB: EDUFCCG, 2016. p. 217–255.

TOLFO, Suzana da Rosa; PICCININI, Valmiria Carolina. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, p. 38–46, 2007. DOI <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000400007>

WACQUANT, Loïc J. Esclarecer o Habitus. **Educação & Linguagem**, v. 10, n. 16, p. 63–71, dez. 2007. DOI <http://dx.doi.org/10.15603/2176-1043/el.v10n16p63-71>

WACQUANT, Loïc J. D. Introduccion. In: BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc J. D (org.). **Respuestas: por una antropología reflexiva**. Miguel Hidalgo, Mexico: Grijalbo, 1995. p. 15–38.

Submetido em: 20/03/2024

Revisto em: 31/10/2024

Aceito em: 19/11/2024